



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638422 - GO (2021/0000760-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : LUIS ANTONIO ALVES BEZERRA E OUTROS
ADVOGADOS : LUÍS ARTHUR DAHER BEZERRA - GO035413
LUIS ANTÔNIO ALVES BEZERRA - GO008047
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PACIENTE : ANTONIO VARELA FERNANDES SOBRINHO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO VARELA FERNANDES SOBRINHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (Processo n. 1041764-80.2020.4.01.0000).

O paciente foi preso em flagrante, em razão da suposta prática dos delitos descritos nos arts. 297, 298 e 304, todos do Código Penal. A custódia foi convertida em preventiva, com base no art. 312 do Código de Processo Penal.

Os impetrantes sustentam que foi impetrado o HC 1041764-80.2020.4.01.0000 perante o TRF da 1ª Região; contudo, até o momento não foi proferido despacho ou decisão acerca do pleito liminar, caracterizando omissão da autoridade coatora.

Alegam que deve ser aplicada a Recomendação CNJ n. 62/2020 em favor do paciente, pois é pessoa hipertensa e com sobrepeso, fazendo parte do grupo de risco de contágio do novo coronavírus, o que demonstra a urgência na revogação da prisão preventiva.

Asseveram que o acusado é tecnicamente primário, com bons antecedentes e possui dois filhos que dependem de seu sustento, além de endereço certo no Município de Bezerros/PE.

Aduzem a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Defendem o cabimento das medidas cautelares diversas da prisão, de acordo com o art. 319 do Código de Processo Penal.

Pleiteiam a remoção do paciente para a Comarca de Bezerros (PE), com base nos arts. 41, inciso X; 86; e 103, todos da Lei de Execução Penal.

Consignam a ocorrência de excesso de prazo na prisão cautelar, ressaltando a necessidade de sua revisão trimestral, nos termos do art. 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, sendo devida a soltura do acusado, visto que, ultrapassados 72 dias, o inquérito policial não foi ainda finalizado, tampouco ofertada a peça acusatória.

Requerem, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou o deferimento da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugnam pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida ou reconhecido o excesso de prazo da prisão cautelar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, os impetrantes não juntaram aos autos cópia do andamento processual do *writ* impetrado no Tribunal do de origem, tendo apenas juntado a cópia da decisão de primeiro grau. A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se, com urgência, informações ao Tribunal de origem, principalmente acerca do andamento processual do *habeas corpus* lá impetrado, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente